

Projeto Na Responsa trabalha a prevenção ao consumo de álcool entre os jovens da comunidade de Heliópolis, em São Paulo¹

Ivone Ananias dos Santos ROCHA²
Paula Silva de FARIAS³
Centro Universitário SENAC, SP

Resumo

Este artigo trata do projeto Na Responsa, desenvolvido na comunidade de Heliópolis, em São Paulo. A iniciativa é da Ambev que, por meio de ações e do estímulo a práticas responsáveis, pretende com o projeto prevenir o consumo de bebidas alcoólicas por menores de 18 anos. Para sua viabilidade, a companhia atua em parceria com organizações não governamentais que já desenvolvem junto a comunidades ações estratégicas com vistas à prevenção, como é o caso da UNAS – União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região – que há mais de 30 anos atua em projetos sociais naquela localidade, considerada a maior favela da cidade de São Paulo, com mais de 120 mil habitantes, segundo o Jornal do Brasil.

Palavras-chave: culturas populares; comunicação; cidadania; desenvolvimento regional e local; ONG.

Corpo do trabalho

A juventude, ao longo da história política brasileira, tem desempenhando papel de destaque. Se tomarmos como base, no caso do Brasil, do período da ditadura militar para cá, foram importantes eventos em que sobressaíram o poder de voz e a perseverança dos jovens. Podem-se destacar a Passeata dos 100 mil, ocorrida em junho de 1968, o movimento pelas Diretas Já, em abril de 1984, (com predominância de jovens), as manifestações pró impeachment do governo Collor, em agosto de 1992, e as mobilizações por passe livre em junho de 2013.

¹ Trabalho apresentado no DT 7 Comunicação para a Cidadania, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do curso de Pós-graduação em Gestão de Comunicação em Mídias Digitais do SENAC, email: ivone.asrocha@sp.senac.br

³ Estudante de Pós-graduação do curso Gestão de Comunicação em Mídias Digitais do SENAC, email: paulafariassp@gmail.com

Por outro lado, são os jovens, também, os mais vulneráveis socialmente, seja pela violência das cidades ou pela falta de oportunidades sociais – principalmente em sociedades marcadas pela exclusão social. Por isso, faz-se necessária a existência de projetos sociais que visem o empoderamento dos jovens, a prática da cidadania e a conscientização da realidade em que estão inseridos, para que a mudança social ocorra.

Foi a partir dessa premissa que, em meados de 2010, nasceu o projeto Jovens de Resposta – atualmente Na Resposta – que faz parte da plataforma de consumo responsável da cervejaria Ambev que integra o grupo Anheuser-Busch InBev – maior fabricante de cervejas mundo, segundo reportagem do UOL economia⁴. A iniciativa fomentada pela Ambev segue os pressupostos da Organização Mundial de Saúde (OMS), que preconiza a participação da indústria na solução para o consumo indevido de álcool.

Iniciativas como essa da Ambev/UNAS são possíveis, inclusive pela força da sociedade da informação, e se viabilizam a partir de uma comunicação que se torna cada vez mais eficaz, dada a proliferação de redes, que têm como pano de fundo anseios materializados em manifestações culturais e políticas sociais. Sim, porque os jovens podem recorrer ao álcool, tanto influenciados por apelos de uma nova sociedade midiática quanto por falta de opções sociais acarretadas pela moradia em determinadas comunidades de grandes metrópoles, como é o caso de São Paulo e mais especificamente em Heliópolis. E é esta segunda hipótese considerada neste trabalho.

Nesse sentido, como assinala Gohn (2010, pag. 16), movimentos como esses, que auxiliam o jovem na identificação de boas oportunidades em suas comunidades, têm um caráter educativo, se não na educação formal, na não formal. E se apresentam, ainda segundo a autora, como “ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática [...]. E lutam por novas culturas políticas de inclusão, contra a exclusão”.

Quanto à primeira hipótese, ou seja, a influência da mídia, para que não passe em branco, há que se considerarem as palavras de Eduardo Galeano para o *Le Monde Diplomatique* em

⁴ Reportagem publicada em 16/09/2015, com atualização em 18/09/2015, disponível no link: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/09/16/maior-do-mundo-em-cervejas-ab-inbev-quer-comprar-rival-sabmiller-2-maior.htm>, último acesso em 14/07/2016

1996 (2006, p. 151), com relação a escolas do crime, para as quais, “milhões de jovens do hemisfério sul condenados ao desemprego ou a míseros salários, a publicidade não estimula a demanda, mas a violência”. Acrescenta ainda o autor que os meios de comunicação repetem sem parar: “Quem não tem nada, não é nada. Quem não tem sapatos ou carros de marca não existe, é um lixo”.

A atuação das ONGs no Brasil

Em um país marcado pela desigualdade social, como é caso do Brasil, se faz necessária a atuação de agentes transformadores da sociedade. Se por um lado as ONGs auxiliam sociedade e governo para fazer com que sejam viabilizadas as políticas públicas, por outro suprem um vácuo deixado pelo poder público. Dessa forma, justifica-se seu potencial, por representar a face mais conhecida do terceiro setor pela sociedade.

Da mesma forma que os problemas sociais no Brasil são antigos, o protagonismo das ONGs também é. Desde as décadas de 70/80 as organizações já atuavam em apoio aos movimentos sociais e populares, no enfrentamento ao regime ditatorial, em prol da restauração da democracia, pelos direitos dos menos favorecidos, entre outros. Em uma época marcada por lutas e mobilizações, a sociedade civil através dos integrantes das ONGs, buscavam soluções para seus problemas e esse caráter reivindicatório foi determinante para a fase das ONGs conhecidas como cidadãs, movimentistas ou militantes.

Tomando como base as observações de Thompson (2011), tais iniciativas em prol da sociedade segmentada, proporcionadas pelas ONGs, podem ser identificadas como fenômenos sociais, cujas ações são intencionais e desempenhadas em contextos estruturados socialmente. A participação na sociedade requer a busca do bem comum, com ações em circunstâncias previamente estabelecidas e que possibilitam exequibilidades a diferentes indivíduos.

Tais configurações nos remetem aos campos sociais de Bourdieu, que agem como conjunto de circunstâncias, na tentativa de compreender a sociedade e sua diversificação de pensamentos, características e personalidades individuais, na perspectiva de dominação

simbólica. Bourdieu (2007) assinala como conceitos críticos para as relações de poder e dominação, as noções de campo, hábitos e capital. Entre os campos sociais, no contexto de poder, ação e comunicação, Thompson (2011) destaca os de interação, nos quais os indivíduos participam de conjuntos de trajetórias, tais como ocorre em ONGs.

Com um perfil ideológico definido, as ONGs militantes contribuíram para a reconstrução do termo sociedade civil, empenharam lutas no campo ético-político e cultural. Além estarem relacionadas a questões recorrentes como meio ambiente, lazer, educação, saúde, as ONGs levaram para o campo de discussão temas de interesses coletivos especiais, entre eles os portadores de deficiência física ou mental, portadores do vírus da AIDS, expressando diversas formas de cidadania, em ações coletivas.

As ONGs militantes fundamentaram suas ações na conquista de diversos tipos de direitos, lutaram pela igualdade com justiça social, ajudaram a criar o "discurso da participação popular" como uma necessidade e um componente da democracia. Suas características eram similares aos movimentos populares: enraizamento na sociedade, participação mística estimulada por ícones emblemáticos (como a cruz), crítica e rebeldia, disciplina organizativa, formas de luta social priorizando os espaços na sociedade civil, pouca relação e interlocução com órgãos públicos institucionalizados e uso recorrente de práticas de desobediência, ou práticas não circunscritas à legalidade instituída. (GOHN, 2000, p.24).

Outra característica importante das organizações militantes é a postura de distanciamento do governo, especialmente em uma época marcada pela opressão e perseguição por parte do Estado, como foram os anos 70/80. Entretanto, no início dos anos 90 a conjuntura política sofreu grandes alterações que impactaram as ONGs e trouxeram um dilema: participar ou não das novas políticas sociais difundidas pelo governo.

O processo Constituinte e a promulgação da nova Constituição brasileira em 1988 representou um divisor de águas, o grande momento de inflexão e de ruptura com a tradição até então predominante: ser contra o Estado. Uma nova concepção de participação iniciou sua construção, unindo a democracia direta à democracia representativa. Tratava-se de participar de um novo momento político, que era a definição das formas de gestão dos equipamentos e serviços, a definição e implantação das leis estaduais e municipais, a construção dos diferentes conselhos e câmaras de interlocução do Estado com a sociedade. Em suma, participar da gestão dos direitos. Não se contentar em estar incluído na lei, via direito adquirido, mas lutar para a sua operacionalização e gestão. (GOHN, 2000, p.25).

As mobilizações, articulações e pressões impostas pelas ONGs, além de outros fatores, influenciaram nessa ampliação e diversificação do cenário político, além de beneficiar diversos setores da sociedade, até então ignorados pelo poder público. A elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) são exemplos de conquistas alcançadas graças a participação organizada que florescia na sociedade brasileira.

Apesar de sua importância coletiva e ideológica para a sociedade, as ONGs militantes perderam território de atuação a partir dos anos 90. Não que os problemas sociais tenham sido resolvidos ou que o governo tenha tomado as rédeas das políticas sociais, o pivô foi uma nova conjuntura que se desenhou na sociedade.

A partir de 1995, com a Reforma do Estado – também chamada de Reforma da Gestão Pública – processo esse iniciado no governo do Fernando Henrique Cardoso, houve a inclusão de uma série de medidas para tornar o aparelho do Estado forte e eficiente. Desde então, o papel social do terceiro setor passou a ser formalmente reconhecido pelo governo, embora tenha demonstrado, com isso, ineficiência do aparato público em tratar as demandas sociais, fato que deu legitimidade institucionalmente para a atuação das ONGs em várias áreas. Contudo, durante esse processo de reformulação surgiram novas organizações, as ONGs propositivas ou simplesmente terceiro setor, como muitas preferem ser chamadas, conforme lembra Gohn (2000) – que atuam seguindo lógicas estratégicas e mercadológicas.

Diferentemente das ONGs militantes, as propositivas estabelecem parcerias com o Estado, não possuem posições ideológicas e preferem manter distância das militantes, para não serem confundidas.

Sintetizando:

As novas ONGs do terceiro setor não têm perfil ideológico definido, falam em nome de um pluralismo, defendem as políticas de parcerias entre o setor público e as entidades privadas sem fins lucrativos e o alargamento do espaço público não-estatal. A maioria delas foi criada nos anos 90 e não tem movimentos ou associações comunitárias militantes por detrás. Muitas delas surgiram pela iniciativa de empresários e grupos econômicos e seu discurso é muito próximo das agências financeiras internacionais; outras surgiram por iniciativas de personalidade do mundo artístico e esportivo. (GOHN, 2000, p.26).

As novas organizações não governamentais, ao absorver o modelo do mercado capitalista, criaram um perfil de atuação, segundo Gohn, incorporando técnicas de publicidade e marketing, buscando construir uma imagem de credibilidade e eficiência perante os veículos de comunicação e, conseqüentemente, dessa forma, ainda criaram a cultura do trabalho voluntário - que compõe a lei do Terceiro Setor ou das ONGs, que entrou em vigor em 1999, estabelecendo novas formas de relação de trabalho com a prestação de serviço não-remunerado, sem vínculos profissionais e sem a necessidade de cumprir as leis trabalhistas. Isso reforça o sentido da vivência social dos agentes, assinalada por Bourdieu, na qual os indivíduos exercem suas ações em espaços limitados e a seus modos. A isso atribuiu a noção de *habitus*, a qual trabalha a relação individual e social.

Esse movimento propositivo, nada reivindicatório, traz à cena o termo, até então novo, participação cidadã, que se tornou tão importante e que foi base para inúmeras práticas civis no início do século XXI. A institucionalização do cidadão na vida pública substituiu o conceito de comunidade ou povo e a sociedade como um todo tornam-se protagonistas. A atuação passa a ser pensada, planejada e periódica ao longo do processo de criação e implementação de uma agenda de política pública, todo o foco é direcionado para as políticas públicas. A participação cidadã, ainda na visão de Gohn, envolve direitos e deveres que confrontam à ideologia neoliberal que trata o ser humano como mera mercadoria despossuída de direitos.

Sendo assim, a cidadania exige uma sociedade livre das injustiças sociais. As demandas são articuladas, organizadas e debatidas dentro de uma esfera institucionalizada em espaços como: fóruns; conselhos; assembleias; conferências; com a sociedade formada por cidadãos participativos com seus direitos conquistados e respeitados, como deve ser em uma plena democracia.

As pessoas precisam ser protagonistas de suas próprias vidas, gozando de plena liberdade para fazerem suas escolhas. Porém, vivendo em condições degradantes, esse protagonismo acaba não ocorrendo, fato que explica a forte presença das ONGs, especialmente, em bairros periféricos do país.

O Brasil tem em torno de cinco mil organizações, segundo o site ONG Brasil, que reúne as informações das organizações brasileiras, atuando nas mais diversas áreas sociais e trazendo novas demandas como gênero, etnia, idade, violência urbana, narcotráfico, consumo de drogas, desemprego, crime organizado, entre outras questões, que impulsionaram os interesses das pessoas a aderirem aos projetos sociais desenvolvidos pelas ONGs, projetos esses que recebem patrocínio de instituições financeiras e empresas privadas, no âmbito da cidadania corporativa.

Assinala Gohn que as demandas das ONGs entraram, de vez, na agenda das novas políticas sociais trabalhando com a camada excluída da população. Ressalta-se ainda o trabalho desenvolvido com o cidadão que se encontra desempregado, os projetos de requalificação profissional, entre outros exemplos de ações que geram eficiência, pois o trabalho dignifica o homem.

Além disso, jovens e adolescentes, em situação de risco, moradores de comunidades, em sua maioria negros, também passaram a ser alvos prioritários de várias organizações. Portadores de doenças como o HIV são outros públicos beneficiados com projetos e ações. Programas de alfabetização de adultos, educação infantil, assistência à saúde da mulher, proteção aos idosos, as crianças em situação vulnerável, indígenas, deficientes físicos ou mentais, são exemplos de ações desenvolvidas por diversas ONGs. Entretanto, por direcionar seu foco para os mais necessitados, a atuação das ONGs é questionável no quesito assistencialismo, o qual, por si só, não resolve os problemas em questão (SEN, 1977). A atuação precisa ser sempre questionada, já que desprovidos de um perfil ideológico reivindicatório, a perpetuação do assistencialismo que entorpece o ser humano é preocupante.

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento merece toda a nossa atenção. (SEN, 2010, p.77).

Assim, as desigualdades permanecem, uma parcela de excluídos é atendida, pois é praticamente impossível que todos os necessitados sejam atendidos nos projetos e ações. E,

com alguns beneficiados cria-se a falsa sensação de tranquilidade. No entanto, a considerar os apontamentos de Sen (2010), as chagas dos problemas sociais – resultantes das políticas neoliberais, da falta de qualidade dos serviços públicos, do racismo, do machismo, da homofobia, da violência, permanecem inalteradas – não correspondem a um combate à raiz dos problemas, são realizadas apenas ações pontuais de curta duração, que dependem de renovação de contratos e convênios.

O cidadão que é atendido pelos projetos e iniciativas, muitas vezes, não percebe que acaba sendo cliente/alvo de projetos sociais, que por mais bem-intencionados que possam ser, não resolvem de fato as questões sociais e ainda acabam colaborando para que perpetuem as desigualdades.

[...] Os destituídos tendem a conformar-se com a sua privação pela pura necessidade de sobrevivência e podem, em consequência, não ter coragem de exigir alguma mudança radical, chegando mesmo a ajustar seus desejos e expectativas àquilo que sem nenhuma ambição consideram exequível. [...] (SEN, 2010, p.89).

As ONGs dos anos 90 surgiram em uma conjuntura política e cultural diferente das dos anos 80, isso explica as inúmeras diferenças que existem entre ambas.

Na caracterização que fizemos sobre o novo associativismo do terceiro setor observa-se – em sua ala de caráter mais propositivo, que só quer ser denominada como terceiro setor e tem relações com as "empresas cidadãs" ou com as grandes corporações que lhes patrocinam subsídios – um grande número de entidades novas, compostas de dirigentes e participantes sem experiência associativa/comunitária anterior, ou qualquer tipo de militância político-partidária ou sindical. Eles trabalham a partir dos valores de uma cultura política propositiva, baseada numa lógica que não possui muitos elementos de ordem crítico demandatória, de pressão-reivindicativa. [...]. Nesse sentido, o tipo de cultura política que gera tende a reforçar as políticas assistenciais, integradoras e compensatórias. E os repertórios discursivos que são construídos passam pelo filtro da mídia, porque é a mídia que legitima e confere notabilidade às ações. Ter uma reportagem na Globo, no canal Futura, ganhar alguma manchete ou qualquer tipo de reportagem nos jornais e revistas de grande circulação nacional passa a ser curriculum para aquelas entidades. (GOHN, 2000. p.34).

Para concluir, e analisando as considerações de Sen e Gohn, é possível afirmar que a cultura política é heterogênea e influencia na tomada de decisão do indivíduo. No entanto, muitas vezes, não existe certo ou errado, mas, sim, momentos distintos. O ser humano age de acordo com suas experiências e com o momento político-cultural em que está inserido.

A nova forma de associativismo vigente no Brasil é uma realidade que precisa ser analisada e debatida, pois é a conjuntura que molda as ações. Se o terceiro setor, através das ONGs, está agindo de forma semelhante ao neoliberalismo, então é porque a sociedade está mal estruturada e precisa ser reformulada. As organizações refletem a sociedade, existem graças aos problemas sociais e absorvem as práticas do mercado, porque é ele que dita às regras.

A UNAS

Com poucas oportunidades de moradia nos centros das capitais e nos bairros mais abastecidos de infraestrutura, a população mais pobre encontrou nos seus entornos os espaços que precisaria para se estabelecer e montar sua base familiar. Isso foi conquistado com esforço físico e político, com a invasão de terras e a construção das moradias com as próprias mãos. Foi nesse cenário de luta pela dignidade humana, que na década de 1980 nasceu a União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região, a UNAS.

No coração de Heliópolis – a favela mais populosa de São Paulo, segundo reportagem do Jornal Brasil, em 2015⁵ – está instalada a sede da ONG, que há 30 anos luta por melhorias na comunidade através de diversos projetos e ações sociais. Ali está um terreno que foi palco de reivindicação e ocupação por moradia, tornando-se algo gigantesco. Heliópolis possui aproximadamente 1 milhão de metros quadrados e está localizada na região sudeste de São Paulo, a pouco mais de 8 km da região central, de acordo com dados da Prefeitura.

Os moradores – a maioria de origem nordestina – transformaram grande parte dos barracos em construções de alvenaria. Estima-se que haja 18 mil imóveis na comunidade, com 90% de infraestrutura urbana, como serviços de água, esgoto, energia elétrica e coleta de lixo.

Como em outras comunidades de estrutura semelhante, o transporte público não entra nas vielas e becos de Heliópolis. Com isso, as pessoas se deslocam até as vias principais, onde ficam os pontos de ônibus. Ainda segundo a UNAS, aproximadamente 40% das famílias do bairro são compostas por mães e filhos sendo a mãe a única provedora. As escolas públicas

⁵ Reportagem publicada em 08/06/2015, com atualização em 08/06/2015, disponível no link: <http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2015/06/08/documentario-sobre-a-maior-favela-de-sao-paulo-sera-exibido-na-lapa/>, último acesso em 14/07/2016

são insuficientes para atender a demanda. Já o tráfico de drogas e a vulnerabilidade social ainda atingem grande parte da população, em especial os mais jovens.

A atuação da UNAS, que tem o perfil militante em sua origem, é em prol do empoderamento do cidadão, independentemente da idade, fortalecido com autonomia para a efetivação da cidadania, assim buscando quebrar as paredes invisíveis que separam as periferias de outros bairros da cidade. Para tal feito, a ONG estabelece parcerias com o poder público, com empresas privadas e com demais organizações não governamentais.

Priorizando o trabalho coletivo, a UNAS tem uma diretoria composta por 27 pessoas entre jovens, professores, diretores de escola pública, lideranças locais, militantes de direitos humanos, entre outros. Atuam nos conselhos, fóruns e seminários sobre políticas públicas. Além disso, são realizados mensalmente encontros de formações político pedagógicas, com os colaboradores. Essa estrutura de organização, atuação e parcerias se reflete na implementação de projetos, programas e serviços que atendem às demandas mais sensíveis da população nas áreas de educação, saúde, moradia, cultura, esporte, assistência social, mulheres e LGBT, com base nos tratados de Direitos Humanos.

Segundo a organização, os projetos sociais além de beneficiarem os moradores locais, ainda atendem aos moradores dos bairros do entorno, como Parque Bristol, Boqueirão, Jardim São Savério, Jardim Maria Estela, Jardim Clímax e Água Funda, beneficiando cerca de 9 mil pessoas todos os meses, a partir dos 47 projetos e programas sociais implantados, por meio das parcerias. Já indiretamente, calcula-se que mais de 27 mil pessoas são contempladas por ações de cidadania que proporcionam a garantia de direitos e o empoderamento social e pessoal. Esses números representam grandes avanços, resultado de muita luta, dedicação e empenho, segundo a organização.

Porém, a própria UNAS reconhece que, levando em consideração as necessidades da população de Heliópolis e bairros próximos, contabilizando cerca de 600 mil indivíduos, o número de pessoas impactadas pelas ações ainda é baixo. Por isso, ela clama pela união das pessoas na busca de parceiros e saídas que possam contribuir para a melhoria nas condições de vida das crianças, jovens, adultos e idosos.

Seguindo a missão, a ONG criou o conceito “Bairro Educador” – em parceria com a EMEF Campos Salles, com o objetivo de transformar Heliópolis e região em um bairro educador, promovendo a cidadania e o desenvolvimento integral da comunidade. O conceito está norteado por cinco princípios: 1º **Tudo Passa pela Educação**; 2º **Escola Como Centro de Liderança na Comunidade Onde Está Inserida**; 3º **Autonomia**; 4º **Responsabilidade**; e 5º **Solidariedade**.

O projeto Na Resposta

O Na Resposta, tanto na UNAS quanto nas demais ONGs contempladas no projeto, têm como foco os pilares da consciência e da atitude. Trabalham a conscientização dos malefícios do álcool para o desenvolvimento dos adolescentes. A atitude está relacionada aos jovens e refere-se ao não consumo precoce. Eles são estimulados a tomar decisões com maior responsabilidade, além de multiplicarem essas informações para seus amigos e familiares, desempenhando o papel de agentes de transformação. A UNAS trata o projeto Na Resposta sob o nome de **Jovens Alconscientes**.

Desde 2010 organiza, todos os anos, grupos com cerca de 20 jovens, entre 13 a 18 anos que levam conhecimento sobre o consumo de bebidas alcoólicas para os moradores da comunidade. Ao todo, 60 jovens já foram beneficiados com a participação direta no projeto, passando pelas aulas, como explica, abaixo, Reginaldo José, morador de Heliópolis e coordenador do **Jovens Alconscientes** pela UNAS:

O projeto contempla tudo que os jovens nessa faixa etária necessitam: formação, espaço de escuta, protagonismo, ampliação do universo cultural, educativo e social, direcionamento de projeto de vida e uma bolsa auxílio, para que eles não sejam obrigados a sair do projeto porque precisam ajudar na renda familiar. Temos uma oficina totalmente dedicada à comunicação que interage com os diversos meios de comunicação como: rádio, revista, informativos e a internet através das redes sociais. Os jovens têm liberdade para criar, pois quando a informação é de jovem para jovem é muito mais eficaz. Também temos uma oficina específica para produção de eventos onde apresentamos as tarefas e ações que serão desempenhadas, após essa apresentação há uma distribuição de tarefas entre os jovens, que são os responsáveis por todo o processo de criação do material de divulgação até a produção e execução dos eventos.

No âmbito da prevenção do consumo de álcool por menores de idade, esses integrantes do **Alconscientes** se tornam jovens de liderança e desenvolvem diversas atividades na

comunidade, com vistas à comunicação e à conscientização. Para isso, têm aulas de comunicação, escrita e redação, direitos humanos, design gráfico, para que possam elaborar campanhas e eventos de prevenção no bairro. Entre as atividades desenvolvidas estão: a balada sem álcool – que acontece uma vez por mês e reúne os jovens da comunidade. A entrada é gratuita, tem muita música, diversão, sem a presença de bebida alcoólica. Há também, uma vez por mês, a Blitz, na qual os jovens produzem material educativo impresso sobre o consumo consciente de bebidas alcoólicas, para distribuir em estabelecimentos comerciais, residência e para pedestres e motoristas.

Ainda há o festival Helipa Music, que acontece uma vez ao ano e reúne jovens e crianças da comunidade, com uma programação de música com letras que abordam a prevenção ao consumo indevido e brincadeiras educativas. Os jovens disseminam boas práticas de consumo consciente para a comunidade, incluindo adultos que bebem de forma inadequada.

Os adolescentes também comandam um programa semanal na rádio comunitária de Heliópolis, com uma hora de duração. Na grade há dicas de lazer, de educação, mercado de trabalho e de prevenção ao consumo indevido. O programa tem audiência em todo o país, já que a rádio também está disponível na internet. Os integrantes do **Alconscientes** desempenham ainda atividades educativas em escolas da região, com dinâmicas que buscam a interação dos jovens com os demais adolescentes e crianças. Outra atividade é a participação em eventos realizados pela UNAS, relacionados direta ou indiretamente ao tema, como a caminhada pela paz, campanhas de prevenção à dengue, entre outras.

O impacto das ações da comunidade é possível mensurar em uma média anual com nove baladas sem álcool, um festival Helipa Music 24 programas de rádio. Além disso, dentro do projeto há ex-alunos que se tornaram educadores, como é o caso do André Silva, de 21 anos, que conheceu o projeto em 2012 e atualmente é educando. Segue seu relato:

Eu me mudei pra Heliópolis, em 2012, conheci e entrei para a turma e foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida. Eu fiquei um ano como educando e hoje sou educador da disciplina de Direitos Humanos. Já são dois anos como educador e tem sido muito gratificante, porque eu posso replicar tudo o que eu aprendi e acredito nos alunos, assim como um dia também acreditaram em mim. Isso me dá forças para levantar e vim trabalhar todos os dias. No fim das contas, aprendemos todos juntos! Vejo que esses jovens também querem mudar o bairro, como eu quis, vejo brilhos no olhar deles.

Dentro do trabalho desenvolvido, os educandos do **Jovens Alconscientes** já receberam a visita da atriz e modelo americana Megan Fox, ocorrida em fevereiro de 2013. O ex-educando Igor Safra se apresentou no programa Encontro, da Fátima Bernardes, da Rede Globo, em maio de 2015, cantando um *rap* com uma letra que exalta a prevenção ao consumo precoce de bebidas alcoólicas por menores de 18 anos.

Encontro da atriz Megan Fox com o grupo do Jovens Alconscientes



Fonte: Reprodução Facebook/Jovens Alconscientes

Participação de Igor Safra, do Jovens Alconscientes, do programa Encontro - TV Globo



Fonte: Reprodução Facebook/Jovens Alconscientes

A **Balada Sem Álcool** ganhou destaque em vários espaços da mídia:

- Catraca Livre ⁶
- Programação da Rádio CBN⁷
- Caderno SP ⁸
- Outras Palavras⁹
- Jovem IG¹⁰
- Exame ¹¹

REFERÊNCIAS

AMARTYA, Sem. **Desenvolvimento com Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Trad. Fernando Tomaz, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FARIAS, Paula. **O Rap e a Resistência**. São Paulo: livro de conclusão de graduação, 2012.

GALEANO, Eduardo. **Sociedade Midiatizada** (org. Dênis de Moraes). A Caminho de uma Sociedade da Incomunicação (p. 149-154). Rio de Janeiro: MauadX, 2006

⁶ Reportagem publicada em 21/01/2011, disponível no link: <https://catracalivre.com.br/geral/agenda/barato/neste-sabado-balada-sem-alcool-abre-o-ano-do-projeto-jovens-alconscientes/>, último acesso em 14/07/2016

⁷ Reportagem publicada em 26/10/2012, disponível no link : <http://cbn.globoradio.globo.com/grandescoberturas/antenas-cbn/antenas-cbn-heliopolis/2012/10/26/BALADA-SEM-ALCOOL-MOSTRA-QUE-E-POSSIVEL-SE-DIVERTIR-SEM-BEBER.htm>, último acesso em 14/07/2016

⁸ Reportagem publicada em Link da reportagem 18/02/2011, disponível no link: <http://www.cadernosp.com.br/iperanga/2886/Baile-funk-sem-%E1lcool-em-Heli%F3polis/>, último acesso em 14/07/2016

⁹ Reportagem publicada em 19/09/2012, disponível no link: <http://outraspalavras.net/outrasmidias/uncategorized/funk-se-quem-puder/>, último acesso em 14/07/2016

¹⁰ Reportagem publicada em 30/11, disponível no link: <http://jovem.ig.com.br/oscuecas/noticia/2010/11/30/jovens+e+bebida+ongs+culpam+falta+de+diversao+nao+alcoolica+em+periferias+10265615.html>, último acesso em 14/07/2016

¹¹ Reportagem publicada em 13/10/2011, disponível no link <http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/ambe- fortalece-marcas-com-plataforma-de-consumo-responsavel> , último acesso em 14/07/2016

GALEANO, Eduardo. **As Veias abertas da América Latina**. São Paulo: L&PM, 1978.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações civis no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Ed. Vozes, 5ª ed, 2013

_____. **Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs**. Rio de: Revistas Cesgranrio, 2013. Disponível em:
<<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/viewFile/145/pdf>>.
Acesso em: 21 jan. 2016.

_____. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e Terceiro Setor**. Londrina: Mediações - Revista de Ciências Sociais,, 2000.
Disponível em:
<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194/7788>>. Acesso em:
05 dez. 2015.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. São Paulo: Unesp, 2011.

KANTER, Beth; FINE, Allison H.. **Mídias Sociais Transformadoras**. São Paulo: Évora, 2011.

SITE ONG BRASIL. Disponível em:
<http://www.ongsbrasil.com.br/default.asp?Pag=1&Destino=Instituicoes>. Acesso em 05 de jul.2016.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade, uma teoria social da mídia**. São Paulo: Vozes, 12ª ed., 2011